MORALIDADE OU NORMALIDADE? UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO LEGISLATIVO E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS NO BRASIL (2000 – 2020)

Crislane Dos Santos Lima[1]
Mariana Preta Oliveira De Lyra[2]

RESUMO

O uso de substâncias psicotrópicas é constante na história da humanidade. Desde os agrupamentos mais antigos, o consumo de drogas tem sido observado. Todavia, o tema acompanha polêmicas, sobretudo, de ordem moral. Sendo inspirado pelo modelo norte-americano de guerra às drogas. Durante boa parte do século XX, o tratamento brasileiro à questão das drogas foi orientado ao proibicionismo, militarismo, controle da demanda e tratamento de guerra do lado da oferta. Fundamentado na premissa de que o tratamento da questão das drogas está intrinsicamente ligado à moralidade, esta pesquisa busca verificar de que maneira os discursos dos congressistas brasileiros estão enquadrados para a questão das drogas no Brasil, contribuindo para o entendimento da conexão entre moralidade e produção de políticas públicas sobre drogas no Brasil (2000-2020). Com fins de atingir os objetivos foi construído um arcabouço teórico fundamentado em discussões sobre políticas de moralidade, propostas por Engeli et al. (2012), Euchner et al. (2013), Heichel et al (2013) e Knill (2013). A pesquisa se apoia no método qualitativo, combinando análise de enquadramento e análise de conteúdo para responder a problemática levantada. Como resultado, foram geradas informações para o entendimento da conexão entre moralidade e políticas públicas, bem como o papel do legislativo neste processo.

Palavras-chave: Políticas de Moralidade; Política sobre Drogas; Discurso Político; Moralidade e Política.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras - Malês, Discente, crislanesantos04@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras - Malês, Docente, marianalyra@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicotrópicas é uma constante na história da humanidade. Desde os agrupamentos mais antigos, o consumo de drogas tem sido observado. Todavia, o tema acompanha polêmicas, sobretudo, de ordem moral. Durante todo o século XX, construiu-se um regime internacional proibicionista (MARTINEZ; LYRA, 2015), largamente patrocinado e inspirado pelo modelo norte-americano de guerra às drogas. Em certa medida, o Brasil acompanhou esta tendência e incorporou diversas normativas e compromissos internacionais ao seu aparato doméstico com o objetivo de construir uma abordagem proibicionista e militarizada. O tratamento brasileiro à questão das drogas também buscou inspiração no modelo norte-americano de controle de entorpecentes (RODRIGUES, 2004), assumindo durante boa parte do século XX uma posição orientada ao controle da demanda e tratamento de guerra do lado da oferta. A questão das drogas, tradicionalmente, é percebida como pecado ou anomalia de caráter, sendo demasiadamente vinculada à esfera moral. Dessa forma, há um confronto de valores sobre o uso de drogas que influencia o debate público e, portanto, a produção de políticas públicas. Fundamentado na premissa de que o tratamento da questão das drogas está intrinsicamente ligado à moralidade, é necessário analisar se as Políticas sobre Drogas no Brasil têm conexões com esses valores morais. Dessa forma, questiona-se de que maneira a questão das drogas ilícitas (substâncias psicotrópicas ilícitas) estão moldadas no discurso legislativo entre o período de 2000 e 2020?. A investigação desta problemática é fundamental para o debate sobre as drogas no País, especialmente no que diz respeito à construção das políticas públicas. A questão das drogas é complexa, incluindo preocupações de saúde pública, segurança e economia. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores de drogas ilícitas das Américas, ao mesmo tempo sofre com altos índices de violência urbana decorrente do narcotráfico. Nesse sentido, o tráfico de drogas apresenta-se como um dos principais problemas de segurança pública no Brasil.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo, optou-se por um modelo híbrido de pesquisa, que envolva técnicas qualitativas e quantitativas. Em relação à técnica quantitativa, foi utilizada a análise estatística descritiva. Esta técnica está diretamente vinculada ao objetivo específico “mapear perfis de deputados federais que debatem a questão das drogas no Congresso Nacional (2000 – 2020)”. São levadas em consideração informações relacionadas à filiação partidária, espectro político, gênero, região, afiliação ao Executivo, entre outros. Tais dados foram coletados nos relatórios publicados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamenta (DIAP), como as radiografias do Congresso. Em relação às técnicas qualitativas, foram utilizadas a revisão de literatura, a análise de enquadramento (frame analysis) e a análise de conteúdo. A revisão de literatura auxiliou a construir um panorama sobre o assunto, além de fornecer subsídios para melhor interpretação dos resultados. Neste ponto, utilizou-se Engeli et al. (2012), Euchner et al. (2013), Heichel et al (2013) e Knill (2013). No geral, todos esses autores discutem o papel da moralidade na produção de políticas públicas partindo das experiências norte-americanas e europeias. No entanto, dada a singularidade do Brasil, julgou-se importante adicionar as ideias de Burity e Machado (2006), Prandi e Santos (2017) e Venturi (2017), por suas contribuições para os estudos da problemática no Brasil. Houve a combinação de análise de conteúdo e análise de enquadramento (frame analysis), auxiliando a compreender como os temas estão moldados em discursos. Estas técnicas estão relacionadas à realização do objetivo “identificar como o tema das drogas tem sido moldado nos discursos dos deputados federais (2000 a 2020)”. A análise de conteúdo foi utilizada para auxiliar a análise de enquadramento, servindo de ferramenta para pré-selecionar as falas que

ISSN: 2447-6161

compõem o corpus de estudo, contendo 413 discursos no total. A análise de enquadramento foi realizada em dados secundários, em particular nos discursos proferidos pelos deputados federais durante o Pequeno e o Grande Expediente, no período de 2000 e 2020, e coletadas no website do Congresso Nacional. Utilizou-se o software MaxQDA 2020 para auxiliar na codificação assistida de dados qualitativos, que possibilitaram a análise de conteúdo e análise de enquadramento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa é composta de um corpus com 413 discursos. Foram escolhidos os discursos proferidos entre 2000 e 2020. A análise concentrou-se em treze partidos políticos brasileiros – PTB, PT, PSB, PSDB, PSC, PP, PSOL, PL, PR, PMDB, DEM, PSL e PSC – de maneira a ilustrar um panorama geral dos comportamentos sobre a temática das drogas. Inicialmente, foram formuladas, com base na discussão teórica, duas macro categorias: moralidade e normalidade. Na macro categoria "moralidade" foram construídas a Categoria moral, tendo como unidades semânticas: igreja/moral, degradação, familiar e família; a Categoria crime, tendo como tendo como unidades semânticas: narcotráfico, traficante, criminoso, crime, violência, trafico, tráfico de drogas, narcotraficantes; e a Categoria droga: entorpecente, narcótico, drogas e degradação. Em relação a macro categoria normalidade foi construída a Categoria saúde, tendo como unidades semânticas: dependente químico, saudável, saúde pública, doente, doença e saúde. Nas análises, observou-se que em média 244 discursos fizeram menção a categoria moral, da macro categoria moralidade. Verificou-se que nesta categoria a unidade "família" foi a que mais se destacou sendo citada 153 vezes nos discursos, principalmente entre deputados com viés ideológico de direita conservadora e em contrapartida a variável degradação foi a menos utilizada, aparecendo somente nove vezes. Na macro categoria "moralidade", a unidade "igreja/moral" foi a segunda de maior destaque, os deputados do PSC, PP, PSB, PMDB, PSDB e PT, reconhecem a importância da igreja para a criação de ONGS e campanhas na prevenção das drogas e principalmente para o acolhimento de "dependentes químicos". É interessante ressaltar que, em alguns discursos, a igreja é apresentada como o principal mecanismo para a recuperação dos dependentes químicos, e principalmente que estas instituições, na maioria das vezes, são mais eficientes do que o governo para tratar essa questão. De modo geral, a droga com média de menção de 558 vezes nos discursos, é vista como um "objeto" que precisa ser combatido e a igreja, devido a sua visão social, pode ajudar além de ser apontada como um fio condutor na construção de trabalhos e mobilização da sociedade contra o problema das drogas. Nota-se uma interação forte entre as variáveis moral/igreja e família na resolução dos problemas das drogas, apontado que uma família bem estruturada juntamente com os ensinamentos da igreja/palavra de Deus gera pessoas menos vulneráveis às drogas. Por fim, alguns discursos ressaltam que a retirada da família do seu papel de educadora tem aberto espaços para o crime organizado, a violência e o uso de drogas. De modo geral, na macro categoria "moralidade, a categoria "crime", foi a maior que esteve presente nos discursos dos deputados, sendo contabilizado 681 vezes. Com destaque para as unidades crime com 119 e violência 169 menções, o "crime e a violência" estavam associados a um dos problemas gerados pelas drogas no Brasil. De modo geral, os narcotraficantes são apresentados como um dos "atores" do crime, um mal a ser combatido. Nos discursos dos deputados, os narcotraficantes são vistos como os que desvirtuam os jovens para a criminalidade. Esta unidade também foi associada discursivamente à redução da maioridade penal, como solução para o combate ao tráfico de drogas. Segundo os discursos neste enquadramento, o crime organizado tem como preferência aliciar menores de 18 anos, com o objetivo de desenvolver as suas atividades. Sendo o tráfico de drogas explanado como um desafio, a criação de uma polícia internacional de combate as drogas foram definidas como um mecanismo viável para impedir/amenizar a entrada de drogas

ISSN: 2447-6161

no país pelas fronteiras secas, assim como proibir o plantio de drogas nos países vizinhos, por meio de um comum acordo. O segundo macro categoria analisada foi normalidade. Neste âmbito, a unidade semântica "saúde" se destacou, sendo citação 78 vezes do total geral das 222 menções da categoria saúde. De modo geral, observou-se que os discursos eram moldados pelo desejo de criação de projetos para o atendimento/tratamento dos dependentes químicos. Os deputados dos partidos do PR, PSC, PMDB e PT foram os que mais utilizaram a unidade semântica doente e doença, para explanar que os dependentes químicos/usuários de drogas são pessoas doentes e que precisam de ajuda. Vale destacar que, mesmo que o discurso estivesse moldado pela normalidade, em especial o aspecto de saúde, algumas falas articulavam as igrejas e a saúde dos dependentes, em forma de agradecimento aos trabalhos das igrejas neste campo. Ao longo do período estudado (2000-2020), observou-se a substituição, mesmo que de forma discreta, de termos pejorativos (vagabundos, delinquentes) por dependentes químicos. Além disso, foi constatado o aumento de questionamentos sobre as razões que levam crianças, adolescentes e jovens estarem se tornando alvos das drogas. No âmbito da categoria da normalidade, os deputados buscaram promover um debate acerca das drogas ilícitas por meio de relatos dos dependentes e, principalmente, mostrando as suas visões e conclusões de que drogas lícitas (como o álcool) são a porta de entrada para a geração de dependentes químicos, com um claro posicionamento antiproibicionista para outras drogas. Em suma, é importante mencionar que a questão das drogas ilícitas (substâncias psicotrópicas ilícitas) entre o período de 2000 e 2020 estão moldadas nos discursos dos deputados de forma moralista, sendo apresentado como um mau costume que leva à degradação da moral corrompendo a sociedade.

CONCLUSÕES

O engajamento na temática das drogas, foi apresentada com um teor moralista nos discursos dos deputados brasileiros. Entre os anos 2000-2020, observa-se apenas uma mudança discreta de termos pejorativos (vagabundos, delinquentes) por dependentes químicos. No entanto, é importante ressaltar que das categorias presentes a Categoria saúde foi a que menos foi mencionada nos discursos dos deputados, sendo citada somente 222, todavia discursos foram explanadas em prol da criação por meio do governo de programas de assistências aos dependentes químicos. Os discursos dos deputados apresentam uma relação direta entre as drogas e crime no Brasil. Por fim, os estudos referentes às políticas públicas vêm apresentando nas últimas décadas evidências que enfatizam a relação da moralidade na sua construção.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo fomento da bolsa. Agradecimentos a Unilab e ao Grupo de pesquisa Orbita. E agradecimentos a professora Dra Mariana de Lyra pela orientação no projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Edições 70, 2011.

BURITY, Joanildo., MACHADO, Maria das Dores Campos. (orgs.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana, 2006.

ISSN: 2447-6161

EUCHNER, Eva ENGELI, I., GREEN-PEDERSEN, C., LARSEN, L.T. (eds) Morality Politics in Western Europe. Parties, Agendas and Policy Choices, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

Maria., HEICHEL, Stephan., NEBEL, Kerstin., RASCHZOK, Andreas. From 'morality' policy to 'normal' policy: framing of drug consumption and
gambling in Germany and the Netherlands and their regulatory consequences. Journal of European Public Policy, 20:3, 2013, pp. 372-389, DOI: 10.1080/13501763.2013.761506

HEICHEL, S., KNILL, C., SCHMITT, S. Public policy meets morality: conceptual
and theoretical challenges in the analysis of morality policy change, Journal of European Public Policy 20(3), 2013. doi: 10.1080/13501763.2013.761497

KNILL, C. The study of morality policy: analytical implications from a public policy perspective, Journal of European Public Policy 20(3), 2013. doi: 10.1080/13501763.2013.761494.

MARTINEZ, Elias David Morales., LYRA, Mariana P. O. de. O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 2, maio/agosto 2015, p. 661-691.

PRANDI, Reginaldo.; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, 2017, pp. 187-214.

RODRIGUES, Thiago. Política e drogas nas Américas. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2004.

SINHA, Jay. The History and Development of the Leading International Drug Control Conventions. Prepared For The Senate Special Committee On Illegal Drugs, Ottawa, 21 fev. 2001. Disponível em: htm>. Último acesso em: 17 mar. 2021.

STUDLAR, D.T. US tobacco control: public health, political economy, or morality policy, Review of Policy Research, 25(5), 2008, pp. 393–410.

VENTURI, Gustavo. Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: Motivações e argumentos baseados em uso. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, 2017, pp. 159-186.

ISSN: 2447-6161